REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 8, n. 3, set.-dez. 2022
Missões

A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE DE SUA SUPOSTA SUPERIORIDADE

LA MILITARIZACIÓN DE LAS ESCUELAS PÚBLICAS EN EL ESTADO DE RONDÔNIA: UN ANÁLISIS DE SU SUPUESTA SUPERIORIDAD

THE MILITARYIZATION OF PUBLIC SCHOOLS IN THE STATE OF RONDÔNIA: AN ANALYSIS OF THEIR ALLEGED SUPERIORITY

Recebido em: 14/03/2023
Aceito em: 31/01/2024

Luan Felipe Silva Casarin[1]

Resumo: Este trabalho tem como objeto de análise as militarizações de escolas públicas ocorridas no Estado de Rondônia entre os anos de 1990 e 2019. Buscou-se entender o avanço das militarizações enquanto política pública, numa relação ambígua e contraditória entre a Secretaria Estaduais de Segurança Pública e Secretaria Estadual de Educação. Utilizamos a compreensão gramsciana de Estado para analisar as políticas públicas para além da noção de bem-comum, buscando identificar os grupos sociais interessados neste modelo educacional, seus representantes no Estado estrito e na sociedade civil organizada, e por fim, analisar a efetividade desta política pública educacional através do comparativo entre as notas do IDEB com as formas convencionais de ensino, demonstrando a falácia por de trás dos defensores do projeto que apontavam para a suposta superioridade do modelo militarizado.

Palavras-chave: Militarização; Política Pública; Estado Ampliado.

Resumen: Este trabajo tiene como objeto de análisis la militarización de las escuelas públicas ocurrida en el Estado de Rondônia entre los años 1990 y 2019. Buscó comprender el avance de la militarización como política pública, en una relación ambigua y contradictoria entre la Secretaría de Estado de Seguridad Pública y Secretaría de Educación del Estado. Utilizamos la comprensión Gramsciana del Estado para analizar las políticas públicas más allá de la noción de bien común, buscando identificar los grupos sociales interesados en este modelo educativo, sus representantes en el Estado estricto y en la sociedad civil organizada, y finalmente, analizar la efectividad de esta política educativa pública a través de la comparación de los puntajes del IDEB con las formas convencionales de enseñanza, demostrando la falacia detrás de los defensores del proyecto que apuntaban a la supuesta superioridad del modelo militarizado.

Palabras-chaves: Militarización; Política pública; Estado Extendido**.**

Abstract: This work has as its object of analysis the militarization of public schools that occurred in the State of Rondônia between the years 1990 and 2019. It sought to understand the advance of militarization as a public policy, in an ambiguous and contradictory relationship between the State Secretariat of Public Security and State Department of Education. We use the Gramscian understanding of the State to analyze public policies beyond the notion of common good, seeking to identify the social groups interested in this educational model, their representatives in the strict State and in organized civil society, and finally, to analyze the effectiveness of this policy educational public through the comparison between the IDEB scores with the conventional forms of teaching, demonstrating the fallacy behind the project's defenders who pointed to the supposed superiority of the militarized model.

Keyword: Militarization; Public policy; Extended State.

[1] Mestre em História da Amazônia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: luancasarin@hotmail.com

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se acentuado no Brasil a proliferação de um modelo gerencial educacional baseado na hierarquia e disciplina militar enquanto solução para os problemas educacionais do país. Diferentemente das escolas militares, que se encontram diretamente subordinadas ao Ministério da Defesa (atualmente com uma rede de 13 colégio militares), a militarização das escolas públicas, como bem apontado por pesquisadores, (BELLE, 2011; FERREIRA, 2018; SAUER, 2017; SANTOS, 2020) se insere em um fenômeno político de repasse da administração escolar, antes subordinada às Secretarias Estaduais de Educação, para as secretarias da área de segurança pública.

Rondônia não ficou de fora deste cenário de repasse educacional da administração civil para a militar, reproduzindo argumentos e justificativas encontrados em outras unidades federativas do país. Até o ano de 2020, Rondônia possuía 13 unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar (doravante CTPM), em um convênio estabelecido entre a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC). Entretanto, dada pesquisa se limitou a analisar sete unidades CTPM, desconsiderando seis militarizações que foram concretizadas durante o ano de 2020, devido seu caráter recente e de poucas informações de implementação como consequência da pandemia COVID-19.

Até o ano de 2013, existia somente uma unidade CTPM, sendo destinada à interesses corporativos dos policiais e bombeiros militares do Estado de Rondônia. As vagas eram reservadas para dependentes destes funcionários públicos, existindo o pagamento de contribuições mensais por parte dos responsáveis e tendo por finalidade escolar o “ensino preparatório” para a carreira militar.

A partir do ano de 2014, o repasse das escolas subordinadas à secretaria de educação para pasta da segurança passou a ser uma constante nos debates públicos, sob a justificativa, por parte dos defensores do projeto, de que tal mudança melhoraria a qualidade do ensino, acabando com a “baderna e indisciplina dos estudantes”, bem como, na constituição de uma política pública de segurança que teria as escolas públicas como ponto de partida. As escolas militarizadas, além de serem apontadas como um modelo superior às demais escolas públicas por conta da hierarquia e disciplina militar, deveriam ser agora, um novo quartel da polícia/bombeiro no combate à criminalidade, à prostituição, ao tráfico de drogas etc.

No caminhar da presente pesquisa foi desenvolvido uma rede conceitual que mescla conceitos de políticas públicas, justamente por ser tratada dessa forma pelo poder público e o conceito de Estado Ampliado desenvolvido pelo filósofo sardo Antonio Gramsci. Sendo a

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

militarização das escolas públicas uma ação governamental, foi necessária problematizar a própria noção conceitual de Estado. Por meio da compreensão do Estado Ampliado, buscou-se identificar os intelectuais orgânicos defensores dos projetos de militarização, suas articulações no âmbito da sociedade civil organizada, assim como, no mapeamento de todo caminho necessário para a efetivação de seus projetos.

Por fim, colocou-se os argumentos que buscavam demonstrar a superioridade da escola militarizada em relação às demais escolas públicas de Rondônia à prova, comparando seus resultados educacionais através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

ALGUMAS QUESTÕES DE ORDEM TEÓRICA-METODOLÓGICA

A partir do levantamento bibliográfico acerca da temática das militarizações da escolas públicas enquanto fenômeno recente da história da educação brasileira e mediante a compreensão gramsciana do Estado, foi buscado a identificação dos formuladores do projeto, suas intenções e ligações, tanto no âmbito da sociedade política, como na da sociedade civil organizada. Para tanto, as mídias sociais, os jornais e os projetos de leis servirão como fontes para o mapeamento destes intelectuais e suas ligações e afiliações com a sociedade política e civil.

Por se tratar de uma pesquisa que tem como foco políticas públicas de Estado, algumas questões, como salientado por Bourdieu (2008), devem ser levados em consideração. Bourdieu nos alerta para a necessidade de pensar o Estado para além das categorias e pensamentos gestados no interior do próprio Estado, pois a própria ciência social que tratou de o interpretar e o teorizar, foram partes constituintes de sua própria representação.

Um exemplo a ser citado de formas de pensamento que foram gestadas no interior do próprio Estado para pensá-lo e formatá-lo, refere-se ao próprio conceito de política pública, que por ser tratar de uma área do conhecimento com enfoque nas práticas de governo acabou por assumir em seu escopo teórico pressupostos conceituais a respeito do Estado e de seus objetivos perante a sociedade.

A política pública, enquanto área do conhecimento científico, teve suas origens nos EUA durante meados do Séc. XX. A sua utilização pelo governo estadunidense esteve atrelada a elaboração de ferramentas e instrumentos necessários para os desafios do pós Segunda Guerra Mundial. Segundo Celina Souza (2002), a saída da política pública do campo da Ciência Política se deu no Séc. XX com as publicações das obras dos “pais” fundadores: H. Laswell (1936), H. Simon (1957), C. Lindblom (1959) e D. Easton (1965). Harold Dwight Lasswell

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

(1936) desenvolveu a expressão “análise de Política Pública” (*Policy Analysis*), numa tentativa de relacionar as produções científicas com as ações empíricas governamentais. Já Herbert Simon (1957) trouxe para o debate o conceito *Policy Makers*, sendo entendido como a necessidade de criação de meios racionais de estruturas que pudessem impedir que os tomadores de decisão agissem por interesse próprio. Lindblom (1959) teceu críticas ao racionalismo de Laswell e Simon, propondo a incorporação de outras dinâmicas nos processos de formulação de políticas públicas, como por exemplo, os partidos políticos, as burocracias, a influência das eleições e dos grupos de interesse. Outra importante contribuição refere-se ao conceito do Ciclo das Políticas Públicas, que interpreta políticas públicas em níveis e fases: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. O último fundador citado, David Easton (1965), contribuiu para a área ao sistematizá-la como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Em sua perspectiva de análise, as políticas públicas recebem *inputs* (demandas) da mídia, dos grupos de interesse e dos partidos. Quando há demanda, ela passa a ser inserida no sistema político, os *policy makers* devem apresentar soluções a essas demandas em forma de *outputs*, que são as políticas públicas.

Neste sentindo por exemplo, Dias e Matos (2015) em *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processo*¸ afirmaram que:

> O Estado é uma criação cultural humana, que vive na estrutura funcional de seu quadro de funcionários, que possui um objetivo (...). É dotado de uma vontade, concretizada em leis, que determina a conduta social (...). O Estado é responsável pela ordem, pela justiça e pelo bem comum da sociedade. (2015, p. 6-7 grifo nosso)

A noção abstrata do Estado enquanto um ente dotado de vontade própria, responsável pela ordem e bem comum da sociedade foi construída, como bem demonstrado por Bobbio (1987), pela difusão da filosofia jusnaturalista enquanto pensamento contra hegemônico durante os séculos XVII e XVIII em um contexto de embate entre a crescente burguesia e a decadente Igreja Católica. Em tal filosofia, a ideia de Estado foi derivada da concepção que seu o entendimento passaria pelo estudo do Direito (jus) como consequência lógica e/ou histórica de seu pertencimento ao domínio do mundo natural.

Como salientado por Mendonça (1998), o escopo filosófico jusnaturalista almejou transformar as ciências do homem em algo passível de comprovação e reprodução, aos moldes

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

das ciências exatas, da química ou da filosofia da natureza. Na tentativa de estabelecerem leis universais que pudessem reger a conduta humana, os teóricos jusnaturalistas acabaram por considerar seus próprios pressupostos filosóficos em relação à “natureza” humana como algo verificável em toda história e em variados espaços geográficos.

Foi somente no século XIX, com a filosofia marxista, que o jusnaturalismo passou a ser entendido enquanto fruto ideológico das relações sociais burguesas de produção. Apesar de Marx estabelecer o Estado como social e histórico, operando a separação entre sociedade política e sociedade civil, o autor pouco desenvolveu noções mais aprofundadas sobre a temática.

Com a passagem do séc. XIX para o XX, ocorreram profundas transformações no capitalismo e na sociedade em geral, que desafiaram os filósofos a repensarem e questionarem estruturas teóricas bem assentadas. No campo do pensamento marxista não foi diferente.

Diversos intelectuais marxistas se esforçaram por compreender a ascensão do fascismo na Europa, principalmente com o apoio das classes sociais que, se esperava, apoiariam o socialismo. Foi neste contexto que o filósofo sardo Antonio Gramsci desenvolveu seu pensamento e propôs um aprofundamento teórico das concepções de Estado dentro da teoria marxista, propondo então o conceito de Estado Ampliado em oposição tanto às interpretações jusnaturalistas, como às interpretações marxistas esquemáticas.

> Permanecemos sempre no terreno da identificação de Estado e de governo, identificação que não passa de uma reapresentação da forma corporativa-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, pois deve-se notar que na noção geral de Estado entram elementos que também são comuns à noção de sociedade civil (neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia revestida de coerção). (GRAMSCI, 1968, p. 149)

Para Gramsci, o Estado não é sujeito, nem meramente objeto, mas sim, a resultante de um conjunto de relações sociais, sendo a divisão da sociedade em sociedade política e sociedade civil meramente didáticas, pois na prática ambos estão interligados em uma constante relação. Determinada interligação é realizada pelos intelectuais orgânicos de diferentes segmentos das classes sociais, na busca pela efetivação de seus projetos de poder, e por consequência, na luta pelo direcionamento da sociedade.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

A noção de intelectual orgânico em Gramsci (1982) merece atenção especial devido a amplitude que o conceito carrega. O intelectual não é meramente um literato, filósofo ou um sociólogo, mas sim, aquele que desempenha a função social de representar determinados grupos sociais. Para Gramsci não existe não-intelectuais, mas sim, pessoas que não desempenham a função específica de intelectual. Em sua interpretação, os intelectuais são "comissários do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político" (GRAMSCI, 1982, p. 11).

As políticas públicas, sejam elas quais forem, carregam consigo interesses que estão para além da noção de bem comum, na realidade, expressam por meio de intelectuais, as visões de mundo gestadas na sociedade civil organizada. O Estado é o palco de disputas dentre múltiplos projetos e intelectuais dirigentes e/ou dirigidos. Nestas disputas, os Aparelhos Privados de Hegemonia[2] desempenham papel fundamental na propagação de ideias, técnicas e projetos políticos alçados ao Estado estrito. Dentre os APHs, a escola possui papel fundamental na produção de intelectuais orgânicos em diversos níveis.

A educação das massas trabalhadoras, moldada através das necessidades estruturais da produção econômica, passou por inúmeras disputas de hegemonia ao longo da história brasileira. A mais recente, sendo incorporada enquanto pauta educacional por setores conservadores da sociedade, diz respeito à militarização de escolas públicas periféricas. A argumentação ideológica para a militarização refere-se à melhoria na qualidade do ensino-aprendizagem, sendo capaz de reverter os problemas sistêmicos da educação, e principalmente, como solucionador das vulnerabilidades sociais que permeiam as escolas públicas marginalizadas. Os defensores deste projeto afirmam que os problemas educacionais brasileiros não são meramente os resultados do abandono, da falta de valorização profissional e de estruturas inadequadas para o ensino, mas sim, a falta de ordem, de hierarquia e disciplina aos moldes da caserna, o que os leva então a propor a militarização como solução para os problemas educacionais do país.

Para compreendermos o crescente número de militarizações de escolas públicas no Brasil, fez-se necessário algumas colocações referentes ao conceito “militarização” e sua utilização acadêmica ao longo dos últimos anos. O levantamento bibliográfico a respeito da

[2] Os APHs, conforme Gramsci, referem-se, por exemplo, aos sindicatos, igrejas, escolas, jornais e afins. São aparelhos destinados a produzir e disputar culturalmente visões de mundo e suas consequentes interferências na realidade prática.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

temática nos permitiu situar o problema, bem como, observar a utilização do termo para a relação entre militarismo e educação.

Perante a discussão proposta, tomemos como exemplo a dissertação de Santos (2010); e a tese de Belle (2011). Ambos os trabalhos não tiveram o objetivo de diferenciar a unidade escolar como militarizada, tratando-as enquanto "escola militar". O mais antigo trabalho localizado nas pesquisas em que se tem a preocupação em tipificar a entrega da gestão escolar para a polícia/bombeiro militar enquanto "militarização", refere-se à dissertação de Souza (2012). Mas ainda assim, a temática foi marginal em sua análise, não se ocupando em conceitualizar o termo. A dissertação de autoria de Sauer (2017) foi quem melhor buscou distinguir o colégio militar da escola militarizada. A distinção entre ambas consistiria nas escolas públicas estaduais que funcionavam até um determinado momento sob o comando das Secretarias Estaduais de Educação de seus Estados e que foram entregues para serem administradas pela Polícia Militar do Estado, numa parceria com a Secretaria de Segurança Pública.

A preocupação acadêmica pela distinção entre "colégio militar" e "escola militarizada", esteve intimamente ligada à crescente expansão do modelo militarizado por todo território brasileiro, principalmente após o ano de 2013. O Estado de Goiás possui o maior número de escolas militarizadas, sendo 60 no total. Não é por acaso que boa parte da bibliografia produzida a respeito do tema se encontra no Estado de Goiás.

A partir de Goiás, o modelo educacional militarizado passou a ser pauta política em todo território brasileiro. Nesse sentindo, para abordamos especificamente a expansão da militarização de escolas públicas em Rondônia, principalmente após o ano de 2013, comecemos pela análise da primeira escola militar do Estado de Rondônia: Colégio Tiradentes da Polícia Militar I (CTPM I).

A unidade escolar militar foi criada durante o governo de Jerônimo Santana (PMDB) por meio do Decreto n° 4878 de 27 de novembro de 1990, iniciando suas atividades em 31 de janeiro de 1991. O decreto pouco versava sobre o público que a escola pretendia atender, os objetivos, sua forma de funcionamento, e nem mesmo a unidade mantenedora da escola.

Foi somente em 2013, pelo então governador Confúcio Alves Moura (PMDB), que o CTPM I foi regulamentado pela Lei n° 3.161 de 27 de agosto. Além do financiamento por parte da pasta da educação, a escola em seu tratamento especial, também poderia receber receitas extraorçamentárias. O CTPM I, desde a sua instituição, foi destinado ao atendimento de interesses corporativos, possuindo fontes de financiamento de duas pastas governamentais,

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

além da arrecadação realizada mensalmente por parte dos responsáveis pelos estudantes. A sua situação é distinta das militarizações que estariam por vir após o ano de 2013. A Lei N. 3.161 de 2013, que regulamentou o CTPM I, também versou em seu Art. 2°, sobre a criação da unidade CTPM II no Distrito de Jaci-Paraná.

Antes mesmo da construção da escola, que seria construída com as verbas indenizatórias da Usina Hidrelétrica de Jirau, o local já havia sido escolhido como nova unidade do CTPM II. Os artigos de regulamentação e criação do CTPM II, tinham pouca relação com a proposta anunciada pelo governo e pela polícia militar do Estado de Rondônia. Como apontado pela primeira diretora da escola, a então tenente Erika Ossuci Schroeder: "O governador queria um colégio para combater a prostituição infantil, o consumo de drogas e ajudar a comunidade que passava por muitos problemas. O projeto não podia dar errado, tinha que funcionar" (MOURA, 2017). A então diretora do CTPM II, produziu uma dissertação especificamente sobre a militarização da escola. Ao falar sobre os objetivos da escola ela afirmou que:

> O colégio tem como foco o combate às drogas e à prostituição infantil, a promoção de um ensino de qualidade, que aliado à disciplina e ao compromisso com a comunidade é as principais ferramentas deste resgate, praticando um **ensino assistencial**, baseado na disciplina e hierarquia na comunidade civil do distrito. (SCHROEDER, 2016, p. 13 grifo nosso)

Assim, o CTPM II deixaria de ser destinado aos dependentes de militares, como também, deixaria de exercer sua função preparatória para a carreira militar, se configurando agora, enquanto praticante de um ensino assistencial para uma comunidade vulnerável socialmente. A escola aparece como um novo quartel, destinado a combater o tráfico, o roubo, e a prostituição infantil, e claro, prestar uma assistência social que desfigura, cada vez mais, a função educacional da escola.

A defesa por parte de Schroeder do "modelo de gestão pedagógica militar", evidencia sua posição enquanto intelectual orgânica, disposta a justificar a militarização enquanto o comprimento das atribuições do Estado Democrático de Direito. Em suas próprias palavras:

> O trabalho realizado pelos policiais militares do CTPM-Jaci pode ser classificado como um projeto de policiamento comunitário (...) para que, de acordo com o que preconiza a lei, exerçam a vigilância para a manutenção da ordem pública, da

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

> moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo, garantindo ao cidadão seus direitos individuais e direito de propriedade. (SCHROEDER, 2016, p. 78).

O policiamento comunitário teria como foco a aproximação da polícia com a comunidade, tentando estabelecer vínculos de confiabilidade, tendo por finalidade o apoio mútuo entre as partes. Como apontado pela autora: "o trabalho desenvolvido no CTPM de Jaci-Paraná é um tipo inovador de policiamento preventivo, que se enquadra perfeitamente na doutrina de policiamento comunitário" (SCHROERDER, 2016, p. 85).

Logo após a "comprovação" que a disciplina militar e a punição aos estudantes são responsáveis pela melhoria da qualidade do ensino, Schroeder tenta correlacionar a punição/disciplina enquanto métodos educacionais eficazes, citando Dermeval Saviani como referencial teórico. Qual a relação entre disciplina, hierarquia e punição com os métodos de favorecimento de diálogo entre professores e alunos propostos por Saviani? Schroeder parece recortar trechos sem a menor relação com o que se propõe a discutir. Mesmo assim, a então diretora é enfática ao afirmar que a hierarquia e a disciplina militar são responsáveis pela crescente qualidade nos índices educacionais da escola.

Será que somente a disciplina e a hierarquia militar seriam responsáveis pelos melhores resultados no IDEB e no ENEM? Por que não levar em consideração as diversas fontes de financiamento para a escola, a maior quantidade de funcionários, de projetos extracurriculares, de emendas parlamentares etc.? Esses elementos sequer são discutidos pela autora.

Em suas próprias palavras ao término de seu trabalho acadêmico:

> A presente pesquisa pode ser o balizador na proposta do projeto da criação do Sistema Colégio da Polícia Militar de RO (SISCTPM- RO) (...) inicialmente, para a proposta do SISCTPM-RO, pode prospectar a implantação dos colégios militares nos principais polos regionais de Rondônia, por exemplo: Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena. (SCHOERDER, 2016, p. 107)

E foi de fato o que ocorreu, no ano de 2017, pela Lei n° 4.058 de 15 de maio, ficou estabelecido a possibilidade de criação de unidades CTPM, sendo o diferencial entre as duas primeiras escolas: "a criação das Unidades (...) por transformação de escolas estaduais já existentes e em funcionamento" (RONDÔNIA, 2017). Assim sendo, poucos dias depois, foram criadas três unidades por meio do Decreto n° 21.968 de 22 de maio de 2017.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

O decreto de criação das novas escolas militarizadas estabeleceu as unidades I e II enquanto modelo de estrutura e organização. Mas cabe ressaltarmos algumas distinções relevantes. O CTPM I é destinado a dependentes de militares, cobram contribuições e é tido enquanto "escola preparatória", possuindo a estrutura predial escolar desde o seu início destinado à polícia militar. Já o segundo CTPM (de Jaci-Paraná), que diz seguir os parâmetros do primeiro, se diferencia dele por sua atuação ser focada em uma política pública de segurança, destinada ao atendimento de "famílias socialmente vulneráveis" e ao atendimento "assistencial".

As novas militarizações, além do já "tradicional" convênio entre SEDUC e SESDEC, agora passam a ocupar as estruturas prediais antes pertencentes à SEDUC. Além do repasse financeiro e técnico, agora as estruturas físicas são repassadas aos militares, extinguindo a antiga escola, localizada, sobretudo, em zonas periféricas.

Pela primeira vez os projetos de transformação de escolas públicas em "quarteis" saíram dos interesses da caserna, encontrando apoio tanto na sociedade civil organizada, como em agentes do Estado em sentido estrito. Na mensagem destinada ao legislativo, o govenador ressaltou que "a hodierna propositura advém de indicações parlamentares dos Deputados Jesuíno Boabaid, Airton Gurgacz e Maurão de Carvalho" (RONDÔNIA, 2017).

A partir das elaborações de Gramsci a respeito do Estado e de sua constituição orgânica, das idas e vindas entre sociedade civil e política, dos grupos e intelectuais em disputa pela hegemonia, é possível perceber que as militarizações deixam de ser meras políticas públicas e passam a ser encarados enquanto projetos de poder em benefício/detrimento de determinados grupos. O que antes parecia ser um compilado de leis e decretos, agora passa a ser, em nossa análise, o fruto do trabalho dos intelectuais orgânicos que planejaram e aplicaram os projetos de militarizações das escolas públicas como "salvação" da segurança/educação.

O empresário Airton Gurgacz (PDT), vice-governador entre 2010-2014 e deputado estadual entre 2014-2018, atuou articuladamente com um dos principais idealizadores das militarizações em Rondônia: o policial militar e Deputado estadual Jhony Paixão (PRB). Jhony Paixão, enquanto cabo da PMRO, viajou para Manaus com o intuito de conhecer as escolas militarizadas e trazer o determinado modelo para a sua cidade. Com o projeto de militarização como propaganda política para sua campanha, em 2016, foi eleito vereador pelo munícipio de Ji-Paraná. A escola escolhida para ser militarizada foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Júlio Guerra, local onde o próprio vereador havia estudado.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Associados à Airton Gurgacz e Jhony Paixão, o ex-policial militar e deputado estadual entre 2014-2018, Jesuíno Boaboaid (PMN) se apresentava como defensor ferrenho das militarizações como forma de melhoria da qualidade do ensino, participando inclusive das visitas às escolas militarizadas em Manaus. Jesuíno Boaboaid, enquanto deputado estadual, passou a difundir em suas redes sociais e em diversas entrevistas a superioridade do "ensino militar" em relação as modalidades de ensino convencional, sendo tema constante em suas falas durante todo o ano de 2016 e 2017.

Suas primeiras indicações foram em escolas onde havia: "um nível considerável de atos infracionais, cometidos por adolescentes e crianças, que ficam fazendo arruaça e terrorismo, muitas vezes vindo a destruir o patrimônio público, que é a escola." (ALE/RO, 2016). Ao repetir o ato de Jhonny Paixão, indo até Manaus, ao voltar para Rondônia três escolas foram apontadas para a militarização: Oswaldo Piana, Capitão Cláudio Manoel da Costa e Flora Calheiros.

Se Airton Gurgacz e Jhony Paixão atuaram na militarização de escolas públicas no interior do Estado de Rondônia, as militarizações na capital rondoniense tiveram ampla participação de Boaboaid. Das três escolas sugeridas inicialmente, somente a militarização da escola Capitão Cláudio Manoel da Costa foi levado a cabo. Logo após a criação das Unidades III, IV e V em Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena respectivamente, o Decreto nº 21.977, de 23 de maio de 2017, estabeleceu a militarização da escola Capitão Cláudio Manoel da Costa. No dia 14 de julho de 2017, foi realizada a audiência pública na escola Capitão Cláudio com a presença de pais, estudantes, professores, policiais militares (inclusive com a presença de Schroeder) e servidores da SEDUC. A "audiência pública", realizada após o decreto de militarização, foi um fracasso total do ponto de vista dos defensores da militarização.

A comunidade escolar majoritariamente se posicionou contrariamente ao projeto, principalmente por conta do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), que seria desativado com a possível militarização. A comunidade escolar do Capitão Cláudio Manoel da Costa conseguiu reverter a militarização através da mobilização de sua própria comunidade, com professores, pais e estudantes, em um processo de disputa que contou com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Estado de Rondônia (SINTERO), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Universidade de Federal de Rondônia (UNIR) perante o poder legislativo e executivo.

Após o fracasso da militarização na escola Capitão Cláudio, a criação do CTPM VI ficou a cargo do governador seguinte, o militar Marcos Rocha (PSL), por meio do Decreto N. 24.072, de 16 de julho de 2019. Dessa vez, a nova escola militarizada, sob pedido de Jhony

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Paixão (PRB), foi instaurada no município de Ji-Paraná, por transformação da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lauro Benno Prediger.

Dias após o fracasso da reunião realizada na escola Capitão Cláudio, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Manaus, renomeada como Colégio Tiradentes da Polícia Militar — CTPM VII, foi militarizada via Decreto nº 22.135, de 25 de julho de 2017.

A administração do CTPM VII foi passada ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, já iniciando suas atividades no segundo semestre do ano de 2017. Ao analisar o Regimento Interno do CTPM VII, constatamos uma série de contradições entre as diretrizes da escola, sendo aparentemente, o resultado de "copia e cola", tanto de regimentos internos de outros CTPM's, como da LDB 9394/96. Analisemos os exemplos abaixo:

> **Art. 5º** (...) **VI. Gestão democrática, na forma da lei; VII**. Garantia do padrão de qualidade; **VIII**. Valorização da experiência extraescolar; **IX**. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; X. Consideração com a diversidade étnico-racial. **Art.11º** A unidade do CTPM-VII terá Regimento Interno Próprio e Projeto Pedagógico diferenciado, **baseado no modelo de educação militar.** Em razão de suas especificidades, as escolas militares e militarizadas **não se aplicam a gestão democrática**, tais como os colégios CTPMs pelo estado de Rondônia. (REGIMENTO INTERNO CTPM VII, 2019, p. 7-12 grifos nossos)

Fala-se em gestão democrática, mas em seguida é enfatizado pelo regimento que a gestão democrática não se aplica à escola devido ao seu caráter militar. Tirando o fato de que a nomeação do diretor é realizada pelo Comandante Geral da instituição militar, percebe-se a "atenção" que os militares tiveram para as próprias características especificas de sua escola, bem como, no documento que regem sua atuação.

Uma das principais propagandas, além do combate à criminalidade etc., refere-se à eficiência educacional. Eficiência medida através do IDEB e do número de ingressantes no ensino superior por meio do ENEM. Como já apontado durante o trabalho, as escolas militarizadas dispõem do orçamento de duas pastas governamentais, de verbas extraorçamentárias, de maior número de funcionários e professores, de atividades extracurriculares, recebem emendas parlamentares, enfim, dispõem de tratamento, estrutura física e pedagógica que as escolas públicas convencionais não possuem. Discutiremos no tópico seguinte os índices educacionais das escolas militarizadas em comparação tanto com as escolas convencionais, e também com outros modelos educacionais, nosso objetivo será analisar se de fato, a militarização é o melhor caminho para a melhoria na qualidade educacional.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Após a discussão referente a proliferação das escolas militarizadas em nível nacional e regional, cabe agora realizar uma breve análise a respeito dos índices educacionais alcançados por este modelo gerencial em comparação com as escolas públicas convencionais, como também, das escolas que aderiram ao Programa Escola Novo Tempo, destinado à implantação de escolas de período integral. Os índices educacionais serão comparados mediante a análise do IDEB, criado no ano de 2005, com a missão de ser:

> um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). (INEP, 2019, p. 1)

O último resultado do IDEB foi divulgado no ano de 2019 com os seguintes dados relacionados ao Estado de Rondônia:

Tabela 1- IDEB de Rondônia

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	4.0	4.3	4.7	5.2	5.4	5.8	5.8	5.6
Meta	0	3.7	4.0	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.4	3.4	3.5	3.7	3.9	4.2	4.9	4.9
Meta	0	3.4	3.6	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1
3° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.2	3.2	3.7	3.7	3.6	3.6	4.0	4.3
Meta	0	3.2	3.3	3.5	3.8	4.1	4.5	4.8

Fonte: IDEB

Em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, o Estado de Rondônia ficou à frente das metas projetadas pelo IDEB. Já em relação aos anos finais do ensino fundamental, foi somente nos anos de 2007 e 2017 que o Estado de Rondônia conseguiu alcançar as metas projetadas. Em relação ao ensino médio, as metas foram alcançadas somente nos anos de 2007, 2009 e 2011, ficando abaixo em todos os anos subsequentes.

Nossa análise particularizada das escolas públicas começará por Porto Velho, ilustremos os índices do CTPM I:

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Tabela 2 – IDEB do CTPM I

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	5.1	5.3	5.3	5.9	5.9	6.1	6.5	7.2
Meta	0	5.1	5.5	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	4.2	4.4	3.8	0	4.9	4.7	6.2	6.3
Meta	0	4.2	4.4	4.6	5.0	5.4	5.6	5.9
3° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	0	0	0	0	0	0	3.7	5.9
Meta	0	0	0	0	0	0	4.0	5.9

Fonte: INEP

O resultado do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental ficou abaixo das metas nos anos de 2007, 2009, 2013 e 2015, sendo importante ressaltar que mesmo ficando abaixo das metas direcionadas à própria escola, os resultados alcançados estavam acima das metas educacionais do Estado como um todo. Já o resultado do ano de 2019, foi o maior dentre as escolas públicas do Estado. Em relação aos anos finais do ensino fundamental, o CTPM I ficou abaixo das metas nos anos de 2009, 2013 e 2015. Nos anos de 2007, 2017 e 2019, foram alcançados bons resultados, ficando acima das metas da escola e do próprio Estado. O ensino médio do CTPM I carece de dados, existindo somente os anos de 2017 e 2019. Para uma escola destinada fins corporativistas, com múltiplas fontes de financiamento, no ano de 2017 a escola teve um péssimo desempenho, ficando abaixo até da nota estadual. Já no ano de 2019, o resultado alcançado foi o segundo melhor dentre as escolas públicas do Estado.

Agora Analisemos o CTPM II:

Tabela 3 – IDEB CTPM II

9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	0	0	0	0	0	3.9	5.5	0
Meta	0	0	0	0	0	0	4.2	4.4
3° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	0	0	0	0	0	0	5.2	0
Meta	0	0	0	0	0	0	5.4	5.4

Fonte: INEP

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Por ser uma escola recente e com poucos dados disponíveis no INEP, pouco se tem a dizer a respeito do CTPM II. Em 2015, a escola ficou abaixo até da nota recebida pelo Estado, que já estava muito abaixo da meta estabelecida pelo IDEB. Já em relação ao ensino médio temos somente o resultado de 2017, sendo uma nota inferior à meta, entretanto, alta em relação às demais escolas públicas.

O terceiro e último colégio militarizado em Porto Velho (até dado momento), diz respeito ao CTPM VII. Por se tratar de uma escola repassada à segurança pública, a análise poderá estabelecer comparativos entre antes e depois da militarização.

Tabela 4 – IDEB CTPM VII

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	2.8	3.2	3.4	3.5	4.1	4.0	4.6	5.4
Meta	0	2.8	3.1	3.6	3.8	4.1	4.4	4.7
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	0	2.9	3.6	1.6	3.5	0	3.5	4.6
Meta	0	0	3.0	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5

Fonte: INEP

Nos anos iniciais do ensino básico, a antiga escola Manaus possuía certa regularidade na melhoria dos índices educacionais, ficando abaixo da meta somente em 2011 e 2015. A escola foi militariza no segundo semestre de 2017, podendo atribuir então, o resultado de 2017 à antiga administração. O resultado 5.4 no ano de 2019, já sob administração do corpo de bombeiros, está acima da meta estabelecida para a escola, mas abaixo da nota recebida pelo Estado nos anos iniciais do fundamental. O problema da antiga escola Manaus está nos anos finais no ensino fundamental, ficando abaixo das metas na maior parte dos exames. Novamente, até existe uma melhoria de praticamente um ponto no exame seguinte à militarização, mas isso não significa necessariamente que a disciplina e hierarquia foram responsáveis por tal situação, uma vez que a nota geral do Estado neste segmento foi de 4.9.

Seguindo o comparativo de escolas que foram militarizadas no interior do Estado de Rondônia, percebemos que a implementação da hierarquia e disciplina enquanto fórmula salvadora da educação não surtiu efeito, e em alguns casos fizeram os índices educacionais caírem. Comecemos pela antiga Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Francisco Alves Mendes Filho, atual CTPM III, localizado em Ariquemes:

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Tabela 5 – IDEB CTPM III

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.8	3.3	4.4	4.1	4.5	5.5	0	0
Meta	0	3.8	4.2	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.1	2.3	2.5	3.7	3.9	3.6	4.5	4.0
Meta	x	3.2	3.3	3.6	4.0	4.4	4.6	4.9
3° ano EM	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	x	x	x	x	x	x	x	4.2
Meta	x	x	x	x	x	x	x	x

Fonte: INEP

Antes da militarização, os anos iniciais do ensino fundamental haviam alcançado as metas somente nos anos de 2009 e 2015, não existindo resultado no pós militarização. Já em relação aos anos finais do ensino fundamental, a escola esteve somente no ano de 2011 acima da média. No ano de 2017 a nota alcançada foi de 4.5, ficando 0,1 abaixo da meta, já no ano de 2019, com dois anos de "hierarquia e disciplina", o resultado do IDEB de 4.0, uma queda de 0,5 em relação ao primeiro ano de militarização. Façamos um breve comparativo com a média geral das escolas estaduais em Ariquemes.

Tabela 6 – IDEB de Ariquemes

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	4.0	4.3	4.9	4.9	5.2	5.6	6.0	5.3
Meta	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4	5.6	5.9	6.2
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.6	3.1	3.6	3.9	4.3	4.3	5.0	5.1
Meta	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6
3° ano EM	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	x	x	x	x	x	x	3.8	3.9
Meta	x	x	x	x	x	x	x	4.0

Fonte: INEP

Por se tratar de uma escola recém militarizada, dispomos de poucas informações para a realização de um comparativo mais preciso, uma vez que a escola não possui dados dos últimos exames do IDEB no ensino fundamental inicial. O único resultado positivo refere-se ao

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

alcançado no ensino médio, pois em relação aos anos finais do ensino fundamental, a média das outras públicas convencionais é melhor que a da escola militarizada.

Em Ji-Paraná temos duas unidades CTPM, a IV e VI, comecemos pela primeira.

Tabela 7 – IDEB CTPM IV

9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.6	3.6	3.5	3.8	3.7	3.7	4.2	4.7
Meta	x	3.6	3.8	4.0	4.4	4.8	5.1	5.3
3° ano EM	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	x	x	x	x	x	x	3.4	x
Meta	x	x	x	x	x	x	x	3.7

Fonte: INEP

A escola possui dados completos somente em relação aos anos finais do ensino fundamental, ficando igual à meta somente no ano de 2007. No ensino médio temos somente a nota de 2017, ficando abaixo da média regional e local. Tomemos o IDEB no município de Ji-Paraná como comparativo:

Tabela 8 – IDEB de Ji-Paraná

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.8	3.9	4.4	4.7	5.5	5.8	5.9	5.6
Meta	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	3.8
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.3	3.2	3.2	3.6	3.8	4.1	4.8	4.9
Meta	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	3.4
3° ano EM	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	x	x	x	x	x	x	4.0	4.2
Meta	x	x	x	x	x	x	x	4.2

Fonte: INEP

A tabela acima demonstra que a escola CTPM IV ficou abaixo da média municipal, tanto no ensino médio, quanto no ensino fundamental. Já a outra escola militarizada, o CTPM VI, nos apresenta dados interessantes:

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Tabela 9 – IDEB CTPM VI

5° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	4.2	4.7	5.2	4.9	6.3	6.0	6.5	5.5
Meta	x	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1
9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.6	3.3	3.6	3.5	3.5	3.4	4.9	4.0
Meta	x	3.6	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.3

Fonte: INEP

A antiga Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lauro Benno Prediger, apresentava bons índices educacionais nos anos iniciais do ensino fundamental, ficando à frente da nota geral do município. No ano da militarização, em 2019, a escola perdeu 1.0 ponto em relação à quando não era militarizada. Nos anos finais do ensino fundamental a situação era diferente, as notas da escola foram constantemente baixas. O interessante a ser notado é que no primeiro ano de militarização, a escola perdeu 0.9 pontos em relação ao ano de 2017. Assim, podemos constatar que a militarização piorou os índices educacionais da escola, fazendo o contrário do que a fórmula de caserna prometia.

O último CTPM analisado, a unidade V, não foge do que foi constatado em Ji-Paraná. A única informação do IDEB que se tem da escola refere-se aos anos finais do ensino fundamental, vejamos:

Tabela 10 – CTPM V

9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.2	3.2	3.9	4.1	3.5	3.2	4.0	4.7
Meta	x	3.2	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0

Fonte: INEP

A escola apresentou melhoria no resultado do IDEB nos anos de 2007, 2009 e 2011. A partir daí, os resultados foram negativos em todos os anos seguintes, inclusive nos dois anos sob gestão militar. Para efeito comparativo, olhemos os índices municipais de Vilhena:

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

Tabela 11 – IDEB de Vilhena

9° ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	3.4	3.4	3.5	4.1	4.1	4.3	4.9	5.0
Meta	x	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.9	5.1

Fonte: INEP

Analisando somente os anos sob gestão militar, constata-se o que é comum nas escolas militarizadas do interior do Estado: estão abaixo da média geral das escolas públicas, seja do próprio município ou do próprio Estado. Somente o comparativo com as escolas públicas convencionais já seria suficiente para desmentir a superioridade que as escolas militarizadas deveriam possuir (conforme seus defensores, é claro). A ideia de fazer comparativos entre os modelos educacionais por meio dos índices educacionais, partiu dos resultados alcançados pelo Programa Escola do Novo Tempo, instaurado em Rondônia no ano de 2017 (mesmo ano de quatro militarizações). Por meio de Lei Complementar n° 740 de 10 de abril de 2017:

> Foram selecionadas dez escolas no estado para atender a 2.800 alunos no primeiro é ano de implantação: Brasília (Porto Velho), 7 de Setembro (Espigão do Oeste), Josino Brito (Cacoal), Heitor Villa Lobos (Ariquemes), Juscelino Kubisecheck (Alta Floresta), Simon Bolivar (Guajará-Mirim), Alejando Vague Maior (Ji-Paraná), Capitão Silvio de Farias (Jaru) e Marechal Cordeiro de Farias (Pimenta Bueno), atendendo às Portaria 1.145 do MEC. A carga horária semanal de 2.250 minutos, sendo que do total de 9h30 na escola, haverá 7h39 de aulas, que serão de 50 minutos, com 40 minutos de intervalo (20 pela manhã e os outros 20 à tarde). O estudante terá 1h20 para o almoço no refeitório da escola. (QUEIROZ, 2017).

O programa, desenvolvido pelo governo federal em 2016 e implantado em Rondônia no ano seguinte, seria destinado à melhoria dos índices educacionais. O projeto, como apontado por seus formuladores, tem como foco a corresponsabilidade social e o protagonismo estudantil na construção de seu saber. Além das aulas convencionais, o programa instituí aulas de reforço, disciplinas eletivas e disciplinas diversificadas. Diferentemente do que ocorreu com as escolas militarizadas, o desempenho das escolas que aderiram ao Programa Escola Novo Tempo foi

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

responsável por apresentar os melhores índices educacionais do Estado de Rondônia e até da região Norte.

Tabela 12 – Ranking do IDEB das escolas públicas de Rondônia

Escola	Cidade	IDEB 2019
EEEMTI Prof. Alejandro Yague Mayor	Ji-Paraná	6.0
CTPM I	Porto Velho	5.9
EEEMTI Candido Portinari	Rolim de Moura	5.7
EEEMTI Juscelino Kubitschek	Alta Floresta d'Oeste	5.5
EEEMTI Capitão Silvio de Farias	Jaru	5.5
EEEFM Dr. Oswaldo Pianna	Corumbiara	5.1
EEEMTI Marechal Cordeiro de Farias	Pimenta Bueno	5.1
EEEFM Carlos Drumond de Andrade	Presidente Médici	5.1
EEEMTI 7 de Setembro	Espigão do Oeste	5.0
EEEFM Barão do Solimões	Porto Velho	5.0

Fonte: INEP

Das dez escolas que aderiram ao Programa Escola Novo Tempo no ano de 2017, seis já apareceram no ranking das melhores escolas públicas do estado de Rondônia no ano de 2019. Dentre as escolas militarizadas, temos somente o CTPM I enquanto representante das instituições vinculadas à pasta de segurança. De fato, podemos concluir que pelos resultados de 2017 e 2019, o CTPM I apresenta índices superiores, tanto nos anos iniciais do ensino fundamental, quanto nos anos finais. Mas também é perceptível a oscilação de resultados positivos e negativos que a instituição possui ao longo das avaliações do IDEB. Antes de alcançar a segunda maior nota do IDEB no ensino médio, o CTPM I no ano de 2017, havia ficado abaixo até da nota estadual. Até o CTPM mais "rico" demonstra suas falhas.

Quando o assunto são as escolas militarizadas destinadas "ao combate da violência, do tráfico, da implementação da hierarquia e disciplina, etc." O discurso propagado por seus intelectuais orgânicos, que apontam a militarização enquanto modelo capaz de atingir os melhores índices educacionais em relação às escolas convencionais se mostram falsos. E quando existe melhoria, ela é tímida e em certo sentido, acompanham uma melhoria perceptível de maneira geral em todas as escolas públicas do estado de Rondônia.

O interessante na análise específica das escolas militarizadas e no comparativo com as demais modalidades de ensino, foi constatar que a militarização nas escolas do interior se

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

mostrou ineficaz, chegando até a retroceder nos índices educacionais alcançados anteriormente à militarização.

As escolas subordinadas à segurança pública, mesmo com todo tratamento especial recebido pelo poder público, por parlamentares, por pais que contribuem mensamente com a escola (no caso específico do CTPM I), seus índices educacionais não são demasiadamente superiores, pelo contrário, demonstrou-se que se encontram até abaixo das notas municipais e regional. As escolas militarizadas parecem ser mais bem quistas, não pelos seus resultados educacionais, mas sim, pela transformação da escola num quartel. A educação é mero apêndice dos interesses corporativistas dos militares

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos analisar as políticas públicas de militarização das escolas no Estado de Rondônia, sendo associado teoricamente às constituições filosóficas de Gramsci, na busca pela identificação de intelectuais orgânicos, sociedade civil, partidos políticos, interesses, enfim, de toda articulação existente entre sociedade política e civil na efetivação de determinado modelo educacional.

Constatamos que por mais que as escolas tenham a mesma nomenclatura, existem diferenças cruciais entre a primeira unidade e as demais criadas posteriormente. Enquanto a unidade I é destinada ao atendimento prioritário de dependentes de militares, as outras unidades se constituíram em uma contradição entre política pública educacional e de segurança.

O fracasso da segurança pública no combate à criminalidade nas periferias, abriu espaço para a argumentação dos intelectuais do projeto, que alegavam um pretenso o fracasso da educação pública, causado pela falta de hierarquia e disciplina dentro das escolas, o que, na perspectiva deles, justificaria as tais militarizações. A desvalorização profissional dos professores, a falta de investimentos em estruturas prediais adequadas ao ensino, o próprio abandono estatal nas zonas de maior vulnerabilidade, transformou-se em “falta de hierarquia e disciplina” nas escolas e em sala de aula. Assim, a polícia e corpo de bombeiros militares, transformaram as escolas públicas em um quartel destinado ao combate ao crime, ao mesmo tempo em que prometiam melhores índices educacionais.

A articulação e construção ideológica para a crescente militarização de escolas públicas, partiram de dentro do próprio Estado estrito, mais especificamente, dos grupos militares e seus representantes perante a sociedade civil. A pasta de segurança passou a receber recursos financeiros da pasta educacional, assim como funcionários, serviços terceirizados, etc. Desta

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

forma as escolas militarizadas passaram a ter receitas extraorçamentárias, maior número de funcionários, “apadrinhamento” parlamentar com emendas, enfim, um tratamento especial de que as escolas convencionais não dispunham.

O interessante a ser observado durante a realização da pesquisa, foi colocar em prova a argumentação ideológica que as escolas militarizadas são superiores em relação às demais escolas públicas. Ao comparar os índices educacionais do ensino fundamental e médio, tanto do CTPM I, que se encontra em funcionamento desde a década de 1990, como das escolas que foram repassadas aos militares, os índices educacionais não se mostraram superiores (somente em algumas exceções) em comparativos com o IDEB do Estado de Rondônia, e pior, algumas escolas tiveram seus índices educacionais piorados.

Por fim, a comparação com a Programa Escola Novo Tempo, implementada no ano de 2017, nos serviu como demonstração prática de uma real melhora nos índices educacionais. Em apenas dois anos de funcionamento, seis de dez escolas alcançaram os melhores índices do Estado de Rondônia, sem apelos às fórmulas mágicas baseadas na “hierarquia e disciplina” propagandeadas e assumidas por diversos setores conservadores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA. *Diário Oficial Eletrônico*. 28 de novembro de 2016, 9° Legislatura, N° 201. Disponível em: https://www.al.ro.leg.br/transparencia/diario-oficial/2016/edicao-nr-201-de-28-11-2016.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

BELLE, Helena Beatriz de Moura. **Escola de Civismo e Cidadania***:* ethos do Colégio Beta da Polícia Militar de Goiás. 2011. 276 f; Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

BOBBIO, Noberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho – São Paulo, SP. Editora Brasiliense. 1986.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação; Tradução: Maria Corrêa – Campina, SP: Papirus, 9° ed. 2008.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processo**. Editora atlas. 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

MENDONÇA, Sonia Regina de. “Estado e Sociedade”. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **História: pensar & fazer**. Niterói, LDH-UFF, 1998, pp. 13-32

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

REGIMENTO INTERNO. **Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia**. Porto Velho, 2010.

REGIMENTO INTERNO. **Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia VII.** Porto Velho, 2019.

RONDÔNIA. Decreto n° 4878 de 27 de novembro de 1990. Cria, na sede do Município de Porto Velho, o Colégio Tiradentes da Polícia Militar. **Diário Oficial do Estado de Rondônia** n° 2176 de 29 de nov. de 1990. Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/D4878.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

RONDÔNIA. Lei n° 3.161 de 27 de agosto de 2013. Regulamenta o artigo 22, Das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Rondônia, dispondo sobre o Colégio Tiradentes da Polícia Militar e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia:** Porto Velho, 27 de agosto de 2013. DOE N° 2286. Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2013/08/doe_27_08_2013.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

RONDÔNIA. **Mensagem N. 91 de 02 de maio de 2017**. Porto Velho, 02 de maio de 2017. Disponível em: http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L4058-PL.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

RONDÔNIA. Lei N. 4.058 de 15 de maio de 2017. Autoriza a criação de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**: Porto Velho, RO, 15 de mai. de 2017. DOE N° 89. Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/05/Doe-15_05_2017.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

RONDÔNIA. Decreto n° 21.968 de 22 de maio de 2017. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidades do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM, que especifi ca e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Rondônia*: Porto Velho

RONDÔNIA. Decreto n° 22.135, de 25 de julho de 2017. Dispõe sobre a estrutura e funcionamento de Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. **Diário Oficial do Estado de Rondônia:** Porto Velho, RO, ano 34, N°. 138, p. 22-23, 25 jun. 2017. Disponível em: http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2017/07/DOE-25-_07_-2017.pdf. Acesso em: 11 mai. 2021.

RONDÔNIA. Decreto N. 24.072, de 16 de julho de 2019. Dispõe sobre a criação de Unidade do Colégio Tiradentes da Polícia Militar - CTPM VI. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**: Porto Velho, RO, N° 129, 16 de julho de 2019. Disponível em:

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252

http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2019/07/DOE_16_07_2019-COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 maio de 2021.

RONDÔNIA. Lei Complementar N. 940, de 10 de abril de 2017. Institui o Programa Escola do Novo Tempo, no âmbito do Estado de Rondônia, vinculado à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**: Porto Velho. RO, N° 67, de 10 de abril de 2017.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil**: Expansão, Significados e Tendências. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, Raimunda Delfino. **A genealogia dos Regimentos Internos do Colégio da Polícia Militar de Goiás**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás**. Goiânia, 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado)—Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SAUER, Margrid Burliga. **As escolas militares e a formação do sujeito no mundo contemporâneo**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas-RS, 2017.

SCHROEDER, Erika Josiani Ossuci. **Estudo do modelo de gestão pedagógica, disciplina e hierarquia no colégio Tiradentes da polícia militar, em Jacy-Paraná-RO**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo: 2002.

SOUZA, Sirley Aparecida de. **Violências e silenciamentos:** a representação social do fenômeno bullying, entre jovens de uma escola militar em Goiânia. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2012.

DOI: https://doi.org/10.62236/missoes.v9i3.252